

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE  
COMPRAS GOV Nº 90200.2026

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através do Agente de Contratação Deivson Michel Gomes de Sena, designado por meio da Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório, e com a respectiva autorização da Secretária Executiva de Gestão da Rede, Cassiana Irani dos Santos Lima (id. 83555417), a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da Secretaria de Educação, único órgão participante.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação será dividido em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.4. Os lotes 02, 04, 06 e 08 são de participação reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

## 2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 137.636.790,08 (cento e trinta e sete milhões e seiscentos e trinta e seis mil e setecentos e noventa reais e oito centavos), distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.42- MOBILIÁRIO EM GERAL.

Classificação Funcional Programática: 12.368.0474.3314.0000 /12.368.0474.3314.1458/  
12.363.0474.4214.0000/ 12.423.0474.4318.0000/ 12.368.0474.4320.0000.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do [compras.gov.br](http://compras.gov.br) com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

- 3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.4.10. Profissionais organizados em cooperativa;
- 3.4.11. Pessoas físicas;
- 3.4.12. Agricultor familiar / produtor rural;

#### 4. DO CONSÓRCIO

- 4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

#### 5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

- 5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

- 5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

#### 6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.
- 6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.
- 6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% do valor estimado máximo do lote a ser disputado.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



- 9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 9.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.9. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), salvo na situação prevista no item 9.8.
- 9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.
- 9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

## 11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

## 12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no

certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios

causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

### 13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta folders, catálogos e/ou prospectos do produto em língua portuguesa objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;

- f) tenham a amostra (se exigida durante a fase de julgamento) reprovada, na forma do item 13.17 deste Edital.;
- g) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.



13.11. Não havendo licitante classificada na Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, observados os regramentos do art. 90, §2º, da Lei 14.33/2021, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, e que comprovem a habilitação técnica e econômico- financeira para a totalidade dos quantitativos licitados.

13.12. Para análise conclusiva da conformidade da proposta, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar AMOSTRA do(s) produto(s) objeto da licitação, no prazo de 10(dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de desclassificação.

13.12.1. Antes da análise da amostra, o Agente de Contratação analisará, de forma preliminar, os documentos de habilitação elencados no item 14.1 deste Edital, com vistas a verificar sua regularidade formal e a viabilidade de dar prosseguimento à etapa de amostras.

13.12.2. Caso os documentos de habilitação contenham vício insanável, a licitante será inabilitada sem análise da amostra.

13.13. As amostras deverão ser entregues no prazo e no endereço especificados no Termo de Referência, com observância das demais regras ali previstas.

13.14. As amostras serão objetivamente avaliadas pela área técnica do órgão licitante de acordo com a disciplina prevista no TR.

13.15. Se a(s) amostra(s) for(em) aprovada(s), o agente de contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante análise conclusiva da documentação exigida neste Edital.

13.16. Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s), ou não entregue(s) no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o agente de contratação retomar a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições previstas nos itens 13.5 e 13.12.

13.17. A decisão que aprovar ou reprovar a amostra será formalizada por despacho fundamentado em parecer técnico e disponibilizada no sistema compras gov.

13.18. Poderá ser dispensada da apresentação da amostra a licitante que ofertar material da(s) marca(s) e modelo(s) explicitamente indicado(s) como referência na tabela do objeto deste Termo

de Referência, que já foram aprovados pelo órgão contratante e contem com parecer técnico conclusivo em torno da sua adequação para os fins a que se destina a contratação.

13.19. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

## 14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

### 14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

#### 14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s)

fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de Mobiliários.

14.4.1.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

14.4.1.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.1.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.1.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.1.2. A certidão descrita no item 14.5.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.1.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.2. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

14.5.3. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.4. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:**

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.



14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

## 15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para mais de um lote espelhado com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.2.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

15.3. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para cota reservada e para cota principal com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.3.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

15.4. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam lotes espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.4.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

15.5. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.6. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

## 16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

## 18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

## 19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

## 20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

## 21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$

100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.
- e) Anexo V - Modelo Folha de Rosto

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, data e assinatura eletrônica.

DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA

Pregoeiro/AC-43

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE  
COMPRAS GOV Nº 90200.2026

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SEI nº 1400004665.000201/2025-98

SC Nº 140101000012026000021

**1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Mobiliários para uso em refeitórios, composto por CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) visando atender às necessidades da Secretaria de Educação, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/2021.
- 1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por **lotes** e descritos conforme quadros constantes no anexo E.
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

**2. DAS JUSTIFICATIVAS**

**2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

**2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

- 2.2.1 A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

**2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

- 2.3.1 A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 4 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

**2.4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.4.1 A Justificativa para não o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8 do ETP), de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

## **2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

- 2.5.1** De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.
- 2.5.2** Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação dos presentes fornecimentos.
- 2.5.3** Além disso no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de aquisição de mobiliários para uso em refeitórios, composto por CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) comuns para escolas. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois apesar de se tratar de fornecimento dos mobiliários para todas as unidades do Estado listadas na tabela anexa no doc. SEI 73047297 e 73029872, são poucas unidades por destino, não caracterizando grande vulto de contratação.
- 2.5.4** Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

## **2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO**

- 2.6.1** É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação. No que diz respeito às cooperativas, historicamente, para o registro de preços de mobiliários, elas não estão contempladas. Isto se deve a diversas razões, como escolhas estratégicas, falta de atendimento às exigências técnicas ou financeiras, barreiras de entrada, limitações de escala, custo-benefício desfavorável, preferência por outros modelos de negócios e preocupações com riscos associados às licitações públicas.

## **2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

- 2.7.1** É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a complexidade logística, os quantitativos expressivos e a infraestrutura necessária à produção dos mobiliários são incompatíveis com a capacidade produtiva das pessoas físicas.

## **2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO**

- 2.8.1** É vedada a participação de agricultor familiar e/ou produtor rural na presente licitação, uma vez que os objetos licitados não se enquadram com a natureza jurídica de um agricultor familiar e/ou produtor rural.

## **3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

### **3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO**

**3.1.1** Além da descrição apresentada na(s) tabela (s) no quadro resumo Anexo D, deste Termo de Referência, para a aquisição dos Mobiliários para uso em refeitórios, composto por CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) deve-se observar as seguintes características:

- a) A embalagem de cada produto deverá estar em perfeito estado, com todos os dados em português e, se necessário, instruções de uso;
- b) Os mobiliários, objeto da licitação, deverão vir com o manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação por no mínimo 12 (doze) meses.

#### Descrição Complementares dos Itens

##### CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO

Conjunto refeitório composto por uma mesa empilhável e 6 cadeiras.

Tampo retangular com cantos arredondados, inteiriço, com raio de 80 nos quatro cantos, medindo 1.750mm x 750mm, espessura de 4mm, peça única sem emendas, bordas duplas com altura de 45mm, micro texturizado, sem brilho, logomarca do fabricante na face superior, logomarca do fornecedor do componente na face inferior, datador giratório na face inferior, confeccionado através do processo de injeção, em ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno), virgem, isento de cargas minerais, na cor azul, o tampo deve conter na face inferior aletas laterais, com reforços internos.

Mesa composta por estrutura de quadrante que se fixa ao tampo e a estrutura da mesa, confeccionado em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção retangular 50x20mm com espessura de 1,5mm, composto por duas peças em formato de “U”, com união no centro da mesa, soldado entre si em todo perímetro, em todos os lados, através de solda MIG, suas laterais devem ser dobradas de forma inteiriça, com raio de 70, o quadrante devera possuir três travessas transversais equidistantes confeccionadas em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção retangular 50X20mm com espessura de 1,5mm, O quadrante do tampo deve ser fixado a estrutura dos pés através de solda MIG, composto por uma travessa central, duas travessas laterais onde são fixados os pés. A travessa central é confeccionada em tubo de aço carbono, secção retangular 40x20mm com espessura de 1,5mm, fixada as travessas laterais através de solda MIG em todo perímetro, em todos os lados. Em cada extremidade da mesa deve conter uma travessa lateral interligando os pés, essa travessa deve passar do tampo em cada lado 10mm, deve ser confeccionado em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção retangular 40x20mm com espessura de 1,5mm. Quatro pés, fixado a travessa lateral através de solda MIG em todo o perímetro e em todos os lados, confeccionado em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção circular 38,101mm 1 ½ com espessura de 1,5mm. Na parte superior do pé deve contar acabamento em ponteira, fixado através de encaixe interno, confeccionada através do processo de injeção, em polipropileno copolímero, virgem, isento de cargas minerais, na cor azul, na parte inferior do pé deve conter acabamento em ponteira, fixado através de encaixe externo, confeccionada através do processo de injeção, em polipropileno copolímero, virgem, isento de cargas minerais, com dimensão de 50mm de altura total e 3mm de espessura, na cor azul. A fixação do tampo a estrutura deve ser por meio de rebite de “repuxo” de alumínio 4,8x20mm, fixados as laterais internas do tampo, sendo no mínimo 5 unidades em cada lado e 2 em cada lateral das extremidades.

Altura do tampo ao piso 760mm.

Cadeiras composta por assento e encosto confeccionada através do processo de injeção em polipropileno copolímero, virgem, isento de cargas minerais, na cor azul (pantone (\*) 287C).

O assento deve conter bordas arredondadas, engrossadas visando a maior resistência da peça, polidas brilhantes contornando todo o perímetro do contorno da peça, com espessura mínima

de 6,5mm, superfície texturizada anti risco com espessura mínima de 3,8mm, na face inferior deve conter quatro aletas para receber a estrutura do assento e fazer sua fixação, deve ter espessura mínima de 2mm. Fixação do assento através de encaixe superior transpassando as colunas do encosto de forma perfeita alojando as quatro aletas que se encontram abaixo do assento onde serão posicionados oito rebites de “repuxo”. O assento tem dimensões de 434mm de profundidade total no centro do assento e 483mm de largura na face frontal maior, deve ter acabamento anatômico, com leve curvatura na face frontal, visando a melhor circulação das pernas.

Encosto deve ser encaixado ao tubo por meio de alojamento “tipo bucha” fechado arredondado, medindo 160mm, contendo três aletas estruturais em cada alojamento do tipo mão francesa isenta de cantos vivos, bordas arredondadas, engrossadas para maior resistência, polidas brilhantes contornando todo o perímetro da peça com espessura mínima de 6,5mm, superfície texturizada anti risco com espessura mínima de 4mm. Encosto fixado a estrutura através de quatro rebites de repuxo posicionados em alojamento específico com anel de proteção, diâmetro de 4,5mm, comprimento de 12mm. O encosto deve conter pegador, do tipo pega mão, para facilitar o carregamento da cadeira, injetado no próprio encosto medindo cem por cinquenta milímetros, com formato elíptico, centralizado na parte superior do encosto, afim de permitir a melhor movimentação das cadeiras.

Dimensões acabadas do encosto de 263mm de altura na parte central da peça e 430mm de largura.

Altura do assento ao piso 460mm

Sapatas confeccionadas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor azul (pantone (\*) 287 C), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor.

Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.

Devem ser eliminados respingos, irregularidades de solda e rebarbas, incluindo esmerilhamento das juntas soldadas e arredondamento dos cantos agudos. Nas partes metálicas, deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante na cor cinza.

#### CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL

Conjunto refeitório composto por uma mesa empilhável e 6 cadeiras.

Tampo retangular com cantos arredondados, inteiriço, com raio de 80 nos quatro cantos, medindo 1.750mm x 750mm, espessura de 4mm, peça única sem emendas, bordas duplas com altura de 45mm, micro texturizado, sem brilho, logomarca do fabricante na face superior, logomarca do fornecedor do componente na face inferior, datador giratório na face inferior, confeccionado através do processo de injeção, em ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno), virgem, isento de cargas minerais, na cor amarelo, o tampo deve conter na face inferior aletas laterais, com reforços internos.

Mesa composta por estrutura de quadrante que se fixa ao tampo e a estrutura da mesa, confeccionado em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção retangular 50x20mm com espessura de 1,5mm, composto por duas peças em formato de “U”, com união no centro da mesa, soldado entre si em todo perímetro, em todos os lados, através de solda MIG, suas laterais devem ser dobradas de forma inteiriça, com raio de 70, o quadrante devera possuir três travessas transversais equidistantes confeccionadas em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção retangular 50X20mm com espessura de 1,5mm, O quadrante do tampo deve ser fixado a estrutura dos pés através de solda MIG, composto por uma travessa central, duas travessas laterais onde são fixados os pés. A travessa central é confeccionada em tubo de aço carbono, secção retangular 40x20mm com espessura de 1,5mm, fixada as travessas laterais através de solda MIG em todo perímetro, em todos os lados. Em cada extremidade da mesa deve conter uma travessa lateral interligando os pés, essa travessa deve passar do tampo em cada lado 10mm, deve ser confeccionado em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção retangular 40x20mm com espessura de 1,5mm. Quatro pés, fixado a travessa lateral através de solda MIG em todo o

perímetro e em todos os lados, confeccionado em tubo de aço carbono, laminado a frio, secção circular 38,101mm 1 ½ com espessura de 1,5mm. Na parte superior do pé deve contar acabamento em ponteira, fixado através de encaixe interno, confeccionada através do processo de injeção, em polipropileno copolímero, virgem, isento de cargas minerais, na cor amarelo, na parte inferior do pé deve conter acabamento em ponteira, fixado através de encaixe externo, confeccionada através do processo de injeção, em polipropileno copolímero, virgem, isento de cargas minerais, com dimensão de 50mm de altura total e 3mm de espessura, na cor amarelo. A fixação do tampo a estrutura deve ser por meio de rebite de “repuxo” de alumínio 4,8x20mm, fixados as laterais internas do tampo, sendo no mínimo 5 unidades em cada lado e 2 em cada lateral das extremidades.

Altura do tampo ao piso 594mm.

Cadeiras composta por assento e encosto confeccionada através do processo de injeção em polipropileno copolímero, virgem, isento de cargas minerais, na cor amarelo.

O assento deve conter bordas arredondadas, engrossadas visando a maior resistência da peça, polidas brilhantes contornando todo o perímetro do contorno da peça, com espessura mínima de 6,5mm, superfície texturizada anti risco com espessura mínima de 3,8mm, na face inferior deve conter quatro aletas para receber a estrutura do assento e fazer sua fixação, deve ter espessura mínima de 2mm. Fixação do assento através de encaixe superior transpassando as colunas do encosto de forma perfeita alojando as quatro aletas que se encontram abaixo do assento onde serão posicionados oito rebites de “repuxo”. O assento tem dimensões de 310mm de profundidade total no centro do assento e 474mm de largura na face frontal maior, deve ter acabamento anatômico, com leve curvatura na face frontal, visando a melhor circulação das pernas.

Encosto deve ser encaixado ao tubo por meio de alojamento “tipo bucha” fechado arredondado, medindo 160mm, contendo três aletas estruturais em cada alojamento do tipo mão francesa isenta de cantos vivos, bordas arredondadas, engrossadas para maior resistência, polidas brilhantes contornando todo o perímetro da peça com espessura mínima de 6,5mm, superfície texturizada anti risco com espessura mínima de 4mm. Encosto fixado a estrutura através de quatro rebites de repuxo posicionados em alojamento específico com anel de proteção, diâmetro de 4,5mm, comprimento de 12mm. O encosto deve conter pegador, do tipo pega mão, para facilitar o carregamento da cadeira, injetado no próprio encosto medindo cem por cinquenta milímetros, com formato elíptico, centralizado na parte superior do encosto, afim de permitir a melhor movimentação das cadeiras.

Dimensões acabadas do encosto de 255mm de altura na parte central da peça e 430mm de largura.

Altura do assento ao piso 350mm

Sapatas confeccionadas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor amarelo, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor.

Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.

Devem ser eliminados respingos, irregularidades de solda e rebarbas, incluindo esmerilhamento das juntas soldadas e arredondamento dos cantos agudos. Nas partes metálicas, deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina. Pintura eletrostática dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, acabamento liso e brilhante na cor cinza.

#### **MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO)**

MESA: com 4 (Quatro) pés em aço carbono em tubo circular diâmetro de 38,1mm com espessura de parede 1,2mm (chapa 18) encaixados sob pressão nos orifícios dos cantos do tampo, pintura microtextura, ponteiros internos e com bordas externas abauladas injetadas no mesmo material e cor do tampo. Os pés não possuem nenhum tipo de solda ou emenda.

COR CINZA.

Tampo injetado Polipropileno Copolímero virgem, isento de cargas minerais, espessura 5mm, com acabamento na face superior texturizado alternando com frisos lisos criando designs



geométricos crescentes em forma de cubos, contendo orifício central com tampo de encaixe, bordas lisas com altura mínima de 38mm, tampo medindo 720mmX720mmX760mm de altura. Aletas na face inferior para garantir a resistência. O tampo possui 4(Quatro) encaixes cônicos no próprio corpo, nos 4(Quatro) cantos, servindo para encaixe dos pés. No centro do tampo possui orifício de 55mm de diâmetro dotado de tampão no mesmo material e cor do tampo.

COR AZUL.

Visando a maior durabilidade deverá ser aplicada a face superior do tampo revestimento por meio de laminado de aço cerâmico, a superfície do aço cerâmico deve ser revestida com esmalte cerâmico na cor branca, com brilho acetinado, resistente a risco e manchas, a colagem do aço cerâmico ao tampo deve ser feita por meio de adesivo bicomponente. O aço cerâmico deve estar sem rebarbas, sem destacamento, sem imperfeições e deve ser cortado a laser visando sua perfeita utilização.

- Apresentar amostra e documentações técnicas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data que a empresa foi classificada em primeiro lugar, após o processo de disputa de preços.

- 3.1.2** O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

### 3.2. GARANTIA DO OBJETO

- 3.2.1** O prazo de garantia do objeto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.
- 3.2.2** A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.
- 3.2.3** Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência.
- 3.2.4** O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias.
- 3.2.4.1** A substituição ou o reparo com mobiliários, para refeitório, durante a garantia é de responsabilidade da contratada, bem como todos os custos de transportes e eventuais instalações.
- 3.2.4.2** Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o mobiliário substituído deverá possuir características técnicas iguais ou superiores ao mobiliário original, além de estarem em perfeito estado de uso e funcionamento;
- 3.2.5** Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a contratante:
- 3.2.5.1** - Substituição temporária deve ocorrer em no máximo 10(dez) dias úteis;
- 3.2.5.2** - A troca definitiva deve ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias corridos.

### 3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 3.3.1** A entrega dos bens será realizada de **forma futura e parcelada**, nos prazos e quantitativos estimados previstos no quadro abaixo, o prazo é de até 30 (trinta) dias corridos



contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho, para cada uma das parcelas.

Parcela:	Composição da Parcela:	Prazo de Entrega:
1ª	25% das unidades	até 30 (trinta) dias corridos
2ª	50% das unidades	até 60 (sessenta) dias corridos
3ª	75% das unidades	até 90 (noventa) dias corridos
4ª	100% das unidades	até 120 (cento e vinte) dias corridos

- 3.3.2** A entrega será realizada à Gerência de logística - GELOG da Secretaria de Educação, no endereço abaixo especificado, mediante agendamento prévio através do telefone (81) 3181.2667, no horário das 8h às 16h e em dias úteis de segunda a sexta-feira ou pelo e-mail [agendamentolog@educacao.pe.gov.br](mailto:agendamentolog@educacao.pe.gov.br), onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- 3.3.3** Endereço e horário de entrega: O local de entrega será no DEPÓSITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (CD Cabo de Santo Agostinho), mediante agendamento prévio, CONDOMÍNIO CONE PLUG & PLAY 4, Galpão G3, Módulos 8, 9 e 10 – Ponte dos Carvalhos. Endereço: Avenida Governador Miguel Arraes de Alencar, Nº 1380. Cidade: Cabo de Santo Agostinho – PE. CEP: 54580-875. Ponto de referência: Próximo a Metalúrgica Gerdau. Horário: 08:00 às 16:00 horas.
- 3.3.4** Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;
- 3.3.5** O objeto será recebido:
- Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;
  - Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento.
- 3.3.6** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 3.3.7** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;
- 3.3.8** A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.3.9** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo

de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

##### **4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.1** O valor estimado global da contratação é de **R\$ 137.636.790,08 (cento e trinta e sete milhões e seiscentos e trinta e seis mil e setecentos e noventa reais e oito centavos.)** distribuído no(s) seguinte(s) lote(s)

- a)** Lote (Grupo) 1 Cota Principal- Valor estimado total **R\$ 30.968.698,13 (trinta milhões e novecientos e sessenta e oito mil e seiscentos e noventa e oito reais e treze centavos);**
- b)** Lote (Grupo) 2 Cota Reservada Valor estimado total - **R\$ 3.430.097,76 (três milhões e quatrocentos e trinta mil e noventa e sete reais e setenta e seis centavos);**
- c)** Lote (Grupo) 3 Cota Principal- Valor estimado total **R\$ 30.975.819,40 (trinta milhões e novecientos e setenta e cinco mil oitocentos e dezenove reais e quarenta centavos);**
- d)** Lote (Grupo) 4 Cota Reservada Valor estimado total - **R\$ 3.436.845,33 (três milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos);**
- e)** Lote (Grupo) 5 Cota Principal- Valor estimado total **R\$ 30.975.819,40 (trinta milhões e novecientos e setenta e cinco mil e oitocentos e dezenove reais e quarenta centavos);**
- f)** Lote (Grupo) 6 Cota Reservada Valor estimado total - **R\$ 3.436.845,33 (três milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos);**
- g)** Lote (Grupo) 7 Cota Principal- Valor estimado total **R\$ 30.975.819,40 (trinta milhões e novecientos e setenta e cinco mil e oitocentos e dezenove reais e quarenta centavos);**
- h)** Lote (Grupo) 8 Cota Reservada Valor estimado total - **R\$ 3.436.845,33 (três milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos);**

**4.1.2** No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

**4.1.3** Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

##### **4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

- 4.2.1** As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.52.42- MOBILIÁRIO EM GERAL.

**Classificação Funcional Programática:** 12.368.0474.3314.0000

12.368.0474.3314.1458

12.363.0474.4214.0000

12.423.0474.4318.0000

12.368.0474.4320.0000

#### **4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

- 4.3.1** No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos lotes forem superiores a 80 mil reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.
- 4.3.2** Em consonância com o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, os lotes 02, 04, 06 e 08 desta licitação é reservado às ME, EPP e MEI. Para tanto, será fixado o percentual de 10% do quantitativo dos lotes originais.
- 4.3.3** A adoção do percentual de 10% para esses lotes, deve-se à ampliação da competitividade e atratividade destinadas às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.
- 4.3.4** Posicionado estrategicamente abaixo do teto de 25% previsto no art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006, fundamenta-se estritamente em critérios de governança pública, saúde financeira do mercado e mitigação de riscos contratuais.
- 4.3.5** O fornecimento de refeitório escolar para a rede estadual envolve cifras expressivas. A modelagem que o limite máximo de faturamento anual bruto para que uma empresa se enquadre como EPP é de R\$ 4,8 milhões (art. 3º, II, da LC nº 123/2006). Se a cota reservada fosse fixada no teto de 25%, o valor estimado de determinados lotes regionais superaria individualmente o teto de faturamento anual dessas empresas. Desse modo, fixar a cota em 10% garante que o volume financeiro do lote seja perfeitamente compatível com a capacidade jurídica e o porte microeconômico do bloco de beneficiárias, evitando que a adjudicação do objeto resulte na desclassificação compulsória ou no desenquadramento imediato da contratada durante a execução.
- 4.3.6** Diante da análise do histórico de contratações desta Secretaria, constatou-se que o mercado de pequenas indústrias e marcenarias regionais possui limitação estrutural de capital de giro e capacidade de escoamento imediato. O patamar de 10%, distribuído regionalmente pelas Gerências Regionais de Educação (GREs), atua como um catalisador de competitividade real, dimensionando lotes que o mercado local consegue absorver, cotar e produzir sem o risco de saturação da linha de produção.
- 4.3.7** A redução da cota de 25% para 10% funciona como uma cláusula de barreira gerencial contra a inadimplência técnica. Caso uma ME ou EPP local enfrente colapso logístico ou financeiro no interior do Estado, a Administração resguarda 90% do fornecimento global na Cota Principal, garantindo a manutenção da infraestrutura dos refeitórios escolares e a regularidade do ano letivo, sem prejuízo à economia de escala.
- 4.3.8** Ressalta-se que a Lei Complementar nº 123/2006 autoriza a Administração a reservar até 25% do objeto para participação exclusiva de ME/EPP/MEI, tratando-se, portanto, de limite máximo e não de percentual obrigatório. Como já citado em item anterior, a

adoção desse percentual máximo resultaria na formação de cotas com valores elevados, dificultando a participação dos pequenos empreendedores, em especial as MEs, visto que o faturamento bruto das empresas com tal qualificação não pode ultrapassar o montante de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais anuais), o que poderia comprometer a efetiva participação desse público.

## 5. DA LICITAÇÃO

### 5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

- 5.1.1 O objeto será executado por meio da forma de **FORNECIMENTO PARCELADA** com entrega **FUTURA**.
- 5.1.2 A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.
- 5.1.3 O modo de disputa a ser utilizado no certame é o ABERTO.
- 5.1.4 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que promove a transparência e a competitividade, resultando em melhores preços e maior eficiência nas aquisições.

### 5.2. PROPOSTA

#### 5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

#### 5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- 5.2.2.1 Para o(s) lote(s) a(s) proposta(s) enviada(s) deverá(ão) ser acompanhada(s) do(s) seguinte(s) documento(s): os catálogos/folders do fabricante dos bens ofertados, com imagens detalhadas dos produtos, contendo as dimensões, indicação do fabricante, marca, modelo, ou qualquer outro documento que especifique o objeto em língua portuguesa, de forma a facilitar a avaliação da conformidade da proposta com as especificações constantes neste Termo de Referência.

#### 5.2.3 DA AMOSTRA

- 5.2.3.1** Visando realizar análise conclusiva da adequação e conformidade dos produtos ofertados para o atendimento da necessidade pública, será exigida amostra para avaliar de forma mais fidedigna as características como qualidade do material, acabamento e construção do mobiliário, uma vez que não é possível realizar essa verificação apenas através de folders ou catálogos.
- 5.2.3.2** Tal exigência mostra-se essencial para garantir a isonomia do processo e a qualidade dos produtos a serem entregues nas Escolas Estaduais de Ensino do Estado de Pernambuco, uma vez que a aceitação de bens que diferem dos demandados, especialmente se possuírem características técnicas inferiores, pode prejudicar a concorrência justa e resultar em gastos adicionais devido à menor durabilidade e desempenho dos produtos. A exigência de amostras na fase de julgamento das propostas previne a contratação de produtos fora das especificações, evitando recusas no ato da entrega e problemas de desabastecimento. Essa medida garante que os itens entregues estejam em conformidade com as exigências, minimizando riscos de uma contratação malsucedida e assegurando a eficiência na utilização dos recursos públicos.
- 5.2.3.3** A exigência de amostras constitui um importante mecanismo de controle administrativo que permite à Administração Pública verificar, antes de celebrar o contrato, se os bens ofertados pelos licitantes atendem integralmente às especificações e características técnicas previamente definidas. Essa exigência de amostras funciona como instrumento imprescindível para verificar, antes da celebração do contrato, se os bens ofertados correspondem fielmente às especificações técnicas definidas no edital e no termo de referência. Essa avaliação prévia previne: 1) Recebimentos de produtos não conformes: Evita que a Administração receba bens que não atendam às características técnicas contratadas. 2) Superfaturamento por qualidade: Impede que fornecedores ofereçam produtos de qualidade inferior às especificações mediante preços mais baixos. 3) Riscos ao usuário final: Garante que bens destinados ao uso público, que no caso em espelho trata-se de alunos (crianças/adolescente) da rede estadual de educação pública, para que esses mobiliários atendam aos padrões de qualidade e segurança
- 5.2.3.4** A avaliação presencial das amostras, realizada de forma documentada e transparente, reduz significativamente o risco de litígios entre a Administração e o fornecedor durante a execução contratual. Quando há registro das condições técnicas verificadas antes da assinatura do contrato, fica mais difícil ao fornecedor alegar que não foi adequadamente informado sobre as exigências ou que a qualidade aprovada foi posteriormente modificada
- 5.2.3.5** A verificação técnica prévia das amostras contribui para esse objetivo ao permitir que a Administração confirme, antes do pagamento, que efetivamente está adquirindo o padrão de qualidade proposto no preço ofertado pelo licitante. Situações em que amostras evitam superfaturamento, como: 1) Uso de materiais de qualidade inferior aos especificados (detectável ape-

nas visualmente). 2) Redução de quantidade ou tamanho em relação ao especificado. 3) Alteração de composição ou acabamento. 4) Inadequação de funcionalidade ou resistência dos produtos.

**5.2.3.6** O prazo definido para sua apresentação, conforme definido no subitem abaixo, é reputado razoável para a entrega da amostra pela detentora da ata de registro de preços.

**5.2.3.7** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e à adequação do objeto, bem como, após verificada a regularidade formal da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar AMOSTRA 01 (uma) amostra para cada um dos itens do(s) respectivo(s) lote(s), no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo agente de contratação junto com as documentações técnicas exigidas dos mobiliário, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação.

**5.2.3.8** Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos pelo LICITANTE, será feita a convocação do licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

**5.2.3.9** Quando a amostra for enviada por meio de transportadora ou serviço de logística, a postagem deverá ser realizada no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo a licitante comunicar ao pregoeiro a data da postagem e sua comprovação.

**5.2.3.10** As amostras e as documentações técnicas deverão ser apresentadas devidamente identificadas, no endereço: Avenida Afonso Olindense, 1513 - Várzea, Recife - PE, 50810-900, no horário das 08:00 às 12:00h e 14:00 às 17:00h, mediante agendamento através do Fone: 3183-9607 e e-mail financeira.rede.adm@educacao.pe.gov.br, conforme descrito neste Termo de Referência.

**5.2.3.11** As amostras deverão estar obrigatoriamente identificadas com os seguintes dados:

- a) Número do Processo Licitatório;
- b) Número correspondente ao(s) item(ns) da licitação para o qual foi exigida a amostra, com sua(s) respectiva(s) descrição(ões);
- c) Razão social, endereço completo e número do telefone do licitante;
- d) Nome completo e número do telefone do representante do licitante.

**5.2.3.12** A amostra consistirá em verificar o atendimento de todos os critérios e especificações listados conforme especificações técnicas descritas e especificadas a seguir:

- a) **CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO; CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) (exigências compartilhadas):**

- Estrutura Metálica: Verificação da espessura da parede dos tubos com paquímetro digital, conforme especificado no projeto. Inspeção visual da Pintura Epóxi com a uniformidade (ausência de escorrimientos, falhas de cobertura ou bolhas). Verificação de resistência a riscos e deslocamento da película mediante conferência com os laudos apresentados.
- Segurança e Estabilidade estática: O conjunto montado não deve apresentar jogo, balanço ou desnível em superfície plana. Verificação da fixação e do material das ponteiros/sapatilhas, que devem estar devidamente encaixadas e sem folgas, garantindo a proteção do piso.

**b) CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO (especificadamente):**

- Dimensional e Ergonomia: Verificação das medidas da mesa (76,00 X 175,00 X 75,00 cm - AxCxL) e das 6 cadeiras (43,40 X 48,30 X 46,00 cm - AxCxL), respeitando a tolerância máxima de 5%.
- Qualidade do Material (Tampo e Assento): Inspeção do tampo em ABS para verificar resistência a impactos, deve apresentar superfície lisa e de fácil higienização. Avaliação das cadeiras em resina plástica virgem, observando a ausência de rebarbas, bolhas ou sinais de material reciclado (que compromete a durabilidade). Verificação da rigidez do encosto e assento das cadeiras sob pressão manual, sem apresentar deformações permanentes ou ruídos de fadiga. Avaliação da tonalidade da cor azul.

**c) CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL (especificadamente):**

- Dimensional e Ergonomia: Verificação das medidas da mesa (59,40 X 175,00 X 75,00 cm - AxCxL) e das 6 cadeiras (35,00 X 31,00 X 47,40 cm - AxCxL), respeitando a tolerância máxima de 5%.
- Qualidade do Material (Tampo e Assento): Inspeção do tampo em ABS para verificar resistência a impactos, deve apresentar superfície lisa e de fácil higienização. Avaliação das cadeiras em resina plástica virgem, observando a ausência de rebarbas, bolhas ou sinais de material reciclado (que compromete a durabilidade). Verificação da rigidez do encosto e assento das cadeiras sob pressão manual, sem apresentar deformações permanentes ou ruídos de fadiga. Avaliação da tonalidade amarela.

**d) MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) (especificadamente):**

- Dimensional e Ergonomia: Verificação das medidas da mesa (76,00 X 72,00 X 72,00 cm - AxCxL), respeitando a tolerância máxima de 5%.
- Qualidade do Material (Tampo): Inspeção do tampo em ABS para verificar resistência a impactos, deve apresentar superfície lisa e de fácil higienização, observando a ausência de rebarbas, bolhas ou sinais de material reciclado (que compromete a durabilidade). Avaliação da tonalidade da cor azul.

**5.2.3.13** Deverão ser apresentadas amostras para todos o(s) item(s) licitados dos respectivos lotes, junto com as documentações técnicas no prazo de 10 (dez) dias úteis como critérios objetivos da análise, respectivamente:



**a) CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO ; CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) (exigências compartilhadas):**

- Certificado de Serviços do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, que atende às normas ASTM D 3359, ASTM D 523, ASTM D 7091, ASTM D 2794, ASTM D 3363, ABNT NBR 11003, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 9209, ABNT NBR10545, e ABNT NBR 10.443.
- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de ensaio que comprove a resistência a corrosão da pintura em câmara de névoa salina; Laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO de ensaio que comprove a resistência à corrosão da pintura em câmara úmida (NBR 8095), ambos de no mínimo 4.000 horas; Laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO de ensaio que comprove a resistência à corrosão da pintura em dióxido de enxofre, de no mínimo 150 ciclos, sendo cada ciclo equivalente a 24 horas (NBR 8096) , com resultado d0/t0 e Ri0 conforme ABNT NBR 17088, NBR 4628, NBR 5841.
- Laudo de acordo com a NBR 9209/86 atestando que os produtos possuem revestimento em fosfato com massa igual ou superior a 1,2g/m<sup>2</sup>.
- Relatório de ensaio da determinação do teor de chumbo na pintura epóxi-pó das estruturas metálicas dos móveis, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares, com resultado máximo de 0,06, com base na Lei nº 11762, de 1º de agosto de 2008.
- Laudo de acordo com a NBR 11003 determinando a aderência da camada, com resultado X0 Y0, e ASTM D3359 resultado 5A = 0% de destacamento.
- Laudo de acordo com NBR 10443 determinando a espessura da película, com resultado mínimo de 90 µm.
- Laudo emitido por laboratório para ensaio atestando a veracidade da resina PP (polipropileno).
- Laudo emitido por laboratório para ensaio atestando a veracidade da resina ABS (Acrilonitrila-Butadieno-Estireno).
- Relatório comprovando atendimento ao ensaio de carga estática no assento.
- Relatório comprovando atendimento ao ensaio de impacto no assento.
- Relatório de ensaio da matéria prima utilizada no tampo referente ao Impacto Izod com resultado médio de mínimo de 150 j/m;
- Laudo de laboratório quanto à atividade antiviral de acordo com a ISO 21702:2019 em produtos pintados, tubos e chapas de aço pintado com tinta Epóxi, para a família do SARS-CoV-2 (Coronavírus) com porcentagem de redução acima de 95%.
- Relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de medição de espessura determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas conforme ASTM D7091:2022 – Prática padrão para medição não destrutiva da espessura de película seca de revestimentos não magnéticos aplicados a metais ferrosos e de revestimentos não magnéticos e não condutores aplicados a metais não ferrosos.
- Relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de avaliação a resistência de revestimentos orgânicos aos efeitos da deformação rápida (impacto) conforme ASTM D2794



- Resistência de Revestimentos Orgânicos aos Efeitos da Deformação Rápida (Impacto).
- Relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de aderência do revestimento conforme ASTM D3363 – Método de Teste Padrão para Dureza de Filme por Teste de Lápis.
- Laudo de referente a esforço de tração em área de solda, com resultado mínimo de 4.000,00kgf.
- Laudo de acordo com a ASTM D 790:2017 atestando que o produto atende ao ensaio de resistência a flexão.
- Relatório de avaliação do protótipo emitida pelo Organismo de Certificação de Produto - OCP, deve conter: identificação do OCP responsável pela análise, identificação clara e inequívoca do produto, identificação do fabricante, identificação do fornecedor, identificação do pregão, informações técnicas e dimensionais do protótipo e resultado da avaliação de conformidade do protótipo.

**b) MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO) (especificadamente):**

- Laudo técnico que comprove a qualidade da colagem do aço cerâmico ao polipropileno.

**Observações:**

- Não serão aceitos laudos datados com mais de 12 (doze) meses, contado da data de sua apresentação, bem como deverá conter informações de data, nome e assinatura do técnico responsável pelo relatório.
- Deverão ser enviadas as vias originais dos laudos; na impossibilidade, serão aceitas cópias legíveis, coloridas e autenticadas.
- O(s) produto(s) apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento do objeto.
- Os produtos que servirem de AMOSTRAS não poderão ser computados no quantitativo a ser entregue.
- As amostras e documentações técnicas serão examinadas e avaliadas pelo Setor GCRE- Gerência Técnica de Contratos da Rede Escolar da Secretaria de Educação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, garantida a publicidade de todos os atos a quaisquer interessados.
- Após a entrega, o setor/comissão de avaliação responsável pela análise, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, emitirá parecer técnico de conformidade com o objeto solicitado, informando expressamente se APROVA ou REPROVA a amostra apresentada

- No caso da APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos para análise definidos no Termo de Referência, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas.
- Durante a análise técnica, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementos necessários para avaliação, os quais deverão ser apresentados, em até 1 (um) dias úteis da data da notificação formal (e-mail ou ofício), sob pena de desclassificação do licitante OU penalização da contratada/detentora da ata/adjudicatária pelo não cumprimento.
- Depois de vencido o prazo de apresentação da amostra, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante.
- No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovado ou não haja mais licitantes a serem avaliados.
- Os custos com a amostra serão de responsabilidade exclusiva do licitante.
- A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO é de responsabilidade exclusiva do Setor GCRE - Gerência Técnica de Contratos da Rede Escolar da Secretaria de Educação.
- Após a conclusão do certame, a licitante terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para fazer a retirada das amostras, sem ônus para a Administração, que serão devolvidas no estado em que se encontrem. Caso não sejam recolhidas, o órgão/entidade isenta-se da guarda do objeto, ficando este sujeito à destinação a que a Administração Pública entender adequada, conforme art. 20, § 3º, do Decreto nº 53.384/2022.

### 5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

#### 5.3.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**5.3.1.1.** Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**5.3.1.1.1.** Será considerado compatível em características o fornecimento de **mobiliários**.

**5.3.1.1.2.** Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo **30% (trinta por cento)**, das quantidades estimadas na licitação para cada lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

**5.3.1.1.3.** Para fins de aferição do percentual mínimo **30% (trinta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

**5.3.1.1.4.** Justifica-se o percentual para fins de qualificação técnica, considerando que o objeto consiste no fornecimento de mobiliário tipo refeitório, bem comum, padronizado e de baixa complexidade técnica. O percentual mostra-se adequado para demonstrar a capacidade operacional

do licitante, diante do fornecimento em larga escala e da necessidade de estrutura logística compatível, sem restringir a competitividade. Ademais, o elevado valor da contratação e a divisão em lotes, com cota reservada nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, reforçam a adequação da exigência. Registra-se, por fim, que o percentual está alinhado às orientações de Nota Técnica de Habilitação da Gerência Técnica de Licitações.

### **5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

- 5.3.2.1** Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo, correspondente a 10 % ( dez por cento) do valor estimado da licitação para o(s) respectivo(s) lote(s), exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

## **6. REGISTRO DE PREÇOS**

### **6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 6.1.1** A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso I, II, IV e V do Decreto nº 54.700/2023, visto que há um aumento da eficiência administrativa, pois, promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais administrativos durante o exercício financeiro para aquisição de objeto dessa natureza, há ainda a redução de volume de estoque e consequentemente do custo de armazenagem, e uma maior eficiência logística, além de um melhor controle orçamentário, uma vez que a administração disponibiliza os valores apenas no momento da contratação.

### **6.2. ÓRGÃO GERENCIADORA**

- 6.2.1** A Secretaria de Educação é o órgão gerenciador deste Registro de Preços;

### **6.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- 6.3.1** A Secretaria de Educação é o órgão participantes de Registro de Preços.

### **6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS**

- 6.4.1** Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada pelo Órgão Gerenciador para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

### **6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

- 6.5.1** O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

### **6.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO**

- 6.6.1** Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.
- 6.6.2** As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3183.9460, e-mail: gcomp@educacao.pe.gov.br, para autorização.
- 6.6.3** Para a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes serão observados os seguintes limites:
- a)** A adesão de cada órgão não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento), dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
  - b)** A soma de todas as adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado.

#### **6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA**

- 6.7.1** As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços encontram-se dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

#### **6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA**

- 6.8.1** As obrigações da detentora da ata de registro de preços encontram-se dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

### **7. DO CONTRATO**

#### **7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO**

- 7.1.1** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item **3.2** deste Termo de Referência.

#### **7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 7.2.1** O Detentor da Ata será convocada para a assinatura do contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
- 7.2.2** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

#### **7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 7.3.1** As obrigações da Contratante encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato padronizado anexa ao Edital da presente licitação.

#### 7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.4.1** As obrigações da Contratada encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato padronizado anexa ao Edital da presente licitação.

#### 7.5. PREVISÕES E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

- 7.5.1** A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.5.2** As demais disposições sobre o tema encontram-se detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

#### 7.6. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.6.1** Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

#### 7.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.7.1** As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.
- 7.7.2** A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará através do e-mail: financeira.rede.adm@educacao.pe.gov.br e/ou telefone: (81) 3183.9607, sem prejuízo de outros meios disponíveis.
- 7.7.3** A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço:
- 7.7.4** DEPÓSITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (CD Cabo de Santo Agostinho), mediante agendamento prévio, CONDOMÍNIO CONE PLUG & PLAY 4, Galpão G3, Módulos 8, 9 e 10 – Ponte dos Carvalhos.
- **Endereço:** Avenida Governador Miguel Arraes de Alencar, Nº 1380.
  - **Cidade:** Cabo de Santo Agostinho – PE. CEP: 54580-875.
  - **Ponto de referência:** Próximo a Metalúrgica Gerdau.
  - **Horário:** 08:00 às 16:00 horas,
  - **Telefone:** (81) 3181.2667
  - **E-mail:** [agendamentolog@educacao.pe.gov.br](mailto:agendamentolog@educacao.pe.gov.br)

- 7.7.5** A Gestão da contratação ficará a cargo da Gestão de Contratos da Rede Escolar – GCRE/SEGE.
- 7.7.6** 7.7.6. A Fiscalização da contratação ficará a cargo da Gerência Técnica da Rede Escolar – GTRES/SEGE.
- 7.7.7** Os telefones para contato dos órgãos de gestão e fiscalização contratual são, respectivamente: (081)3183-9706 e (081) 3181-2667.

## **8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA O PAGAMENTO**

- 8.1.** As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

## **9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS**

### **9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO**

- 9.1.1** As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ATA, serão previstas no Edital do presente certame.

### **9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA**

- 9.2.1** As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

### **9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO**

- 9.3.1** As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

## **ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**Anexo A – Modelo de Ordem de Fornecimento**

**Anexo B – Modelo de proposta**

**Anexo C – Estudo Técnico Preliminar-ETP**

**Anexo D – Quadro Resumo**

Recife, data da assinatura digital

**LOURIVAL PONTES**

Superintendente Financeiro da Rede Escolar

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
--------------------------	------------

**ANEXO A**

**MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

Referente à NOTA DE EMPENHO n° \_\_\_\_\_

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01	]		
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

**ANEXO B**

**MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado do licitante)

**LOTE XX**

Itens/ Lotes	Código E- Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		
2				R\$		
3				R\$		
4				R\$		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE X:</b>						

A validade da proposta será de, no mínimo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

**Observação:** A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Data/Nome e assinatura do responsável



ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Processo SEI: 1400004665.000201/2025-98

Órgão/Entidade: Secretaria de Educação do Estado

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Secretaria Executiva de Gestão da Rede

Responsável: GCRE e GTRES

PREÂMBULO

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP - aborda premissas para fornecimento **Mobiliários para uso em refeitórios, composto por CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO)** visando atender as necessidades da Secretaria de Educação.

Desse modo, sendo o ETP o documento constitutivo da primeira etapa do presente processo licitatório, o objetivo é que por meio dele possa evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e socioeconômica da contratação nos termos da lei vigente.

Tendo em vista a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual estabelece a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, bem como o que dispõe o Decreto Estadual nº 53.384/2022 no art. 7º, inciso VI, torna-se obrigatória a elaboração de ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços, na fase de planejamento de determinados processos licitatórios e contratações diretas.

Nesse contexto, o presente ETP abordará os elementos descritos no art. 8 do Decreto estadual nº 53.384/2022, conforme detalhado nos tópicos expostos a seguir.

**1. Descrição da necessidade da contratação**

A presente contratação se dará em função da necessidade de aquisição de mobiliários a fim de atender as Escolas da Rede Estadual de Ensino, com intuito de oferecer melhores condições para atendimento digno do corpo discente, garantindo mobiliários de qualidade, para que as referidas Unidades Escolares e sejam um modelo de atendimento aos estudantes em toda rede escolar estadual, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste ETP e no Termo de Referência.

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco busca adquirir Conjunto Escolar Refeitório Infantil com 06 cadeiras, Conjunto Escolar Refeitório Adulto com 06 cadeiras e Mesa de Apoio (uso múltiplo), para reposições ou substituições dos mobiliários de refeitórios existentes nas escolas, os quais sofreram deterioração e desgaste natural, tornando-os inadequados ao uso.

A presente contratação visa atender as necessidades urgentes das escolas e garantir condições e estruturas mais adequadas de ensino e aprendizagem aos estudantes da rede pública estadual.

Outrossim, a aquisição é fundamental para garantir mobiliários de refeitório de qualidade para os estudantes, proporcionando um ambiente estruturado e confortável, o que contribui diretamente para o rendimento escolar, conforme as diretrizes de qualidade educacional.

O uso de mesas apropriadas, pensadas ergonomicamente para cada faixa etária, proporciona conforto durante as refeições, respeitando características físicas e garantindo melhor postura dos estudantes. Isso diminui fadiga, promove o prazer durante as refeições e incentiva hábitos alimentares saudáveis.

Os **CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO)** permitem a criação de ambientes organizados, facilitando o fluxo de estudantes durante os intervalos e garantindo um espaço limpo e acolhedor para todos. Ambientes organizados contribuem para a autonomia dos estudantes na hora da refeição, promovendo respeito às regras e melhor convivência escolar.

A segurança dos alunos é aumentada com mobiliários de dimensões adequadas, sem pontas vivas e de fácil higienização, reduzindo risco de acidentes e infecções. Mesas e cadeiras proporcionam estabilidade e previnem quedas, além de respeitar a acessibilidade para todos.

Ambientes estruturados e móveis adequados estimulam o desenvolvimento da autonomia, vínculos afetivos e habilidades socioemocionais, pois criam momentos de convívio, troca e aprendizado além da sala de aula.

A implantação de mobiliários de refeitório nas escolas estaduais é, portanto, essencial para promover uma experiência escolar mais confortável, organizada e segura para os estudantes de todas as idades.

Vale ressaltar que o presente procedimento objetiva atender de forma célere às necessidades das Escolas, resultando em vantagens à Administração, apresentando-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca de melhores preços, mantendo-os registrados.

## **2. Alinhamento com Planejamento da contratação e o planejamento do órgão ou entidade, bem como identificação da previsão no PCA**

O planejamento a longo prazo das demandas educacionais no Estado de Pernambuco segue as diretrizes do Plano Estadual de Educação – PEE (Lei Estadual nº 15.533, de 23 de junho de 2015), que estabelece como princípio a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade da educação:

Art. 2º São diretrizes do PEE:

(...)

II - universalização do atendimento escolar;

(...)

IV - melhoria da qualidade da educação;

Dessa forma, a presente contratação, voltada à aquisição de Mobiliários, está alinhada ao PEE, pois contribuirá diretamente para a organização e estruturação dos espaços escolares. Esse aprimoramento reflete na melhoria da qualidade do ensino e no suporte adequado às atividades escolares.

Além disso, ressalta-se que o **DFD.2531.SEE/2025** encontra-se devidamente encaminhado ao **PCA.001.SE-DUC/2025**, em conformidade com o disposto no Decreto nº 10.947/2022 e demais normativos aplicáveis.

### 3. Descrição dos requisitos da contratação

Os itens que compõem o mobiliário têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, de modo que a contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, incisos XIII e XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nesse contexto, ressalta-se que a solução contratada deverá cumprir todos os requisitos constantes no Termo de Referência e Edital, observando-se, no mínimo, as seguintes condições:

- a) A embalagem de cada produto deverá estar em perfeito estado, contendo informações em língua portuguesa e, quando aplicável, instruções de uso;
- b) Os mobiliários, objeto da licitação, deverão ser acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- c) Deverá ser solicitado ao fornecedor materiais informativos em português que permitam a análise dos mobiliários (manual, folder, folheto, informativo, etc.), de cada item que compõe o(s) lote(s), dentro do prazo de convocação pelo agente de contratação.
- d) Deverão ser atendidas as normas técnicas de segurança e ergonomia estabelecidas e vigentes no território nacional já dispostas, além do atendimento as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para cada objeto licitado.

A comprovação de conformidade com as normas técnicas poderá ser realizada por meio de documentação técnica, certificados ou relatórios de ensaio, inclusive aqueles emitidos por laboratórios credenciados pelo CGCRE-INMETRO, ainda que de caráter facultativo, deve ser devidamente fundamentada e justificada.

O atendimento às normas técnicas da, é uma garantia que a Administração Pública está adquirindo produtos que possuam condições mínimas de segurança e qualidade, bem como não possam resultar em condições de risco aos próprios usuários, sendo objeto na nova Lei das Licitações (Lei 14.133/2021). As normas ABNT/NBR exigidas são compatíveis com os itens a serem adquiridos pela Administração Pública e visam assegurar que o mobiliário seja produzido com materiais de qualidade e obedeça a critérios rigorosos de resistência, segurança, estabilidade, ergonomia e durabilidade.

Conclui-se que, a exigência de demonstração de conformidade com normas ABNT/NBR e de apresentação de certificações no edital de licitação para o fornecimento de mobiliário para a Administração Pública Estadual, é plenamente justificada. Esses critérios asseguram a qualidade, segurança, ergonomia, resistência, durabilidade e sustentabilidade dos produtos a serem adquiridos, sem representar uma restrição indevida à competição. Além disso, eles garantem que a proposta mais vantajosa seja selecionada, considerando não apenas o preço, mas também o custo-benefício ao longo do ciclo de vida do mobiliário. Isso reflete a boa gestão dos recursos públicos e a promoção de um ambiente seguro e eficiente.

Os custos de entrega e o risco de avarias no transporte dos protótipos são de responsabilidade do licitante.

#### 4. Levantamento de Mercado

Para atendimento ao objeto em questão, algumas soluções podem ser analisadas:

##### **Alternativa 1: Comprar insumos para fabricação própria dos itens pela SEE.**

###### **Vantagens:**

- 1) Possibilidade de customização dos itens conforme a demanda específica da SEE.
- 2) Redução de custos unitários, se houver estrutura própria e demanda em larga escala.
- 3) Maior controle sobre a qualidade e os insumos utilizados.

###### **Desvantagens:**

- 1) Necessidade de estrutura física, maquinário e pessoal qualificado para produção.
- 2) Necessidade de capacitação para que os mobiliários sejam entregues de acordo com as normas técnicas;
- 3) Grande despesa com descarte de resíduos, principalmente, quanto à análise ambiental do tipo de objeto a ser feito;
- 4) Desvio do foco institucional da SEE, que não tem por missão a produção de bens.
- 5) Maior complexidade administrativa e logística.
- 6) Eventual ineficiência ou ociosidade de recursos, caso a demanda varie.

##### **Alternativa 2: Locação dos Objetos**

###### **Vantagens:**

- 1) Atende às necessidades temporárias sem imobilizar recursos públicos em bens permanentes.
- 2) Possibilidade de manutenção e reposição pela contratada.
- 3) Maior agilidade no atendimento de demandas sazonais ou emergenciais.
- 4) Redução de encargos com armazenagem, depreciação e descarte.

###### **Desvantagens:**

- 1) Os bens estarão dispersos em todo território pernambucano, o que pode acarretar problemas quanto à logística de alcance da empresa contratada a todas as escolas e regionais abrangidas pela contratação.
- 2) Custos recorrentes que, a longo prazo, podem superar o valor de aquisição.
- 3) Menor autonomia sobre o bem locado.
- 4) Dependência da contratada para manutenção dos itens, bem como, deterioração, a longo prazo, dos bens da empresa contratada, o que pode aumentar o dispêndio financeiro em relação ao contrato hipoteticamente formalizado.

##### **Alternativa 3: Formas de Aquisição regulamentadas pela 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**

Após a devida análise das formas de aquisição regulamentadas na lei 14.133/2021, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE/PE), diante da necessidade de aquisição de **Mobiliários para uso em refeitórios** para atendimento à rede pública de ensino, avaliou três alternativas distintas de contratação: a realização de Pregão com formalização de Ata de Registro de Preços, a adesão a Atas de Registro de Preços vigentes e a contratação por Dispensa de Licitação.

A primeira alternativa considerada foi a aquisição dos itens por meio de Pregão, com a formalização de Ata de Registro de Preços.

Essa modalidade foi a mais vantajosa, apresentando as vantagens a seguir: segurança jurídica e aderência à legislação vigente; possibilidade de planejamento eficiente da contratação via Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Plano Anual de Contratações; aquisição com garantia, assistência técnica e maior padronização, além de ganhos advindos da economia de escala, uma vez que os licitantes, diante do quantitativo expressivo a ser registrado pela Administração, tendem a oferecer melhores preços e reduzir suas margens de lucro. Além do disposto, há ganhos em eficiência logística, pois a Administração não precisará

disponibilizar grandes espaços para armazenagem, ficando sob responsabilidade do fornecedor a entrega dos materiais conforme demanda, nos termos pactuados na Ata de Registro de Preços.

## 5. Descrição da solução

Reitera-se que a alternativa mais vantajosa, conforme citado anteriormente, foi a aquisição dos **Mobiliários para uso em refeitórios, composto por CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO)** por meio de Pregão Eletrônico, com a formalização de Ata de Registro de Preços, conforme exemplos dos documentos SEI nºs: 74517320, 74517352, 74517392, 74517451, 74517480 e 74517496. A adoção do Sistema de Registro de Preço mostra-se adequada por possibilitar ganhos advindos da economia de escala, considerando o quantitativo expressivo a ser registrado, tende a ampliar a competitividade e resultar em preços mais vantajosos para a Administração. Além disso, a solução confere maior eficiência logística, flexibilidade nas aquisições, segurança jurídica e celeridade no atendimento das demandas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco-SEE/PE.

Ressalta-se, ainda, que as aquisições destinam-se à reposições ou substituições dos mobiliários de refeitórios existentes nas escolas, os quais apresentam deterioração e desgaste decorrentes do uso contínuo, tornando-os inadequados às condições de segurança, conforto e ergonomia.

Desta forma, a solução proposta visa atender as necessidades urgentes das Escolas da Rede Pública Estadual, garantindo as melhores condições e infraestrutura mais adequadas para o ambiente escolar e contribuindo para um espaço adequado de ensino e a aprendizagem, conforme as diretrizes de qualidade educacional.

## 6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Considerando a necessidade expostas na justificativa e no detalhamento constantes dos documentos docs. **SEI nº 79082001 (CI 84), 79082606 (Planilha de Quantitativo) e 73029872 (Base SIEPE)** os quais mencionam levantamento com as Gerências Regionais de Educação, verifica-se a necessidade de Mobiliários para uso em refeitórios, para atender a demanda identificada por unidade escolar, o que fundamenta tecnicamente a estimativa apresentada neste Estudo Técnico Preliminar.

Para a efetiva distribuições dos mobiliários destinados ao uso em refeitórios, as unidades escolares foram classificadas por porte, de modo a garantir uma alocação proporcional às necessidades de cada escola, considerando o quantitativo de estudantes atendidos. Sendo assim, adotaram-se os seguintes critérios:

- a) Pequeno porte (até 500 alunos): 15 conjuntos;
- b) Médio porte (501 a 1000 alunos): 20 conjuntos;
- c) Grande porte (acima de 1000 alunos): 30 conjuntos.

## 7. Estimativa do valor da contratação

Foi realizada ampla pesquisa para compor a cesta de preços com fontes diversificadas, tais como contratações Anteriores e/ou Similares de outros órgãos. Considerando os modelos propostos, chegou-se a um valor estimado global de **R\$ 122.015.065,375 (cento e vinte e dois milhões e quinze mil e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos)**, obtido a partir da soma das médias dos valores de cada conjunto, apresentados no quadro abaixo.

Destaca-se que o registro de preços se pauta na economia de escala e que não gera a obrigação de contratação, apenas a expectativa desta.

Ressalta-se que a pesquisa de mercado no âmbito do ETP não possui a amplitude e aprofundamento exigido em fases posteriores ao processo, sendo necessária apenas para providenciar uma estimativa aproximada como forma de subsidiar o planejamento da contratação.

#### QUANTITATIVO E VALOR ESTIMADO DOS MOBILIÁRIOS

CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO		
FONTE:	ATA DA SECRETARIA DE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (DOC. 74517320)	ATA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE (DOC. 74517352)
VALOR UNITÁRIO:	R\$ 5.900,00	R\$ 6.799,29
VALOR TOTAL:	R\$ 5.900,00 x 18.775 = R\$ 110.772.500,00	R\$ 6.799,29 x 18.775 = R\$ 127.656.669,75
MÉDIA:	R\$ 119.214.584,875	

CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL		
FONTE:	ATA CODANORTE (DOC. 74517480)	ATA COPES (DOC. 74517496)
VALOR UNITÁRIO:	R\$ 5.235,00	R\$ 4.339,20
VALOR TOTAL:	R\$ 5.235,00 x 75 = R\$ 392.625,00	R\$ 4.339,20 x 75 = R\$ 325.440,00
MÉDIA:	R\$ 359.032,50	

MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO)		
FONTE:	ATA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADM. ACRE (DOC. 74517392)	ATA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (DOC. 74517451)

VALOR UNITÁRIO:	R\$ 2.320,00	R\$ 2.252,00
VALOR TOTAL:	R\$ 2.320,00 x 1.068 = R\$ 2.477.760,00	R\$ 2.252,00 x 1.068 = R\$ 2.405.136,00
MÉDIA	R\$ 2.441.448,00	

## 8. Justificativas para o não parcelamento da solução

Neste caso em concreto, sugere-se que a contratação seja realizada por lotes, sendo eles cota reservada e principal. O presente caso, identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades o que permite o seu agrupamento sem prejuízo à competitividade. O agrupamento tende a tornar a contratação mais atrativa, ao elevar o valor global do futuro fornecimento, possibilitando ganhos de economia de escala, com a redução de preços ofertados pelos licitantes. Ademais, essa estratégia contribui para mitigar o risco de desinteresse por itens isolados de menor valor.

Ressalta-se que a formação do lote baseou-se na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

Outro fator a considerar é a fase pós-licitação. Não são raros os casos de a Administração, licitado o item e assinada a ata de registro de preços, solicitar a entrega de materiais em volume e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

Por fim, verifica-se que as justificativas aqui apresentadas, demonstram satisfatoriamente as motivações para o agrupamento dos itens em lotes, quais sejam:

- a) compatibilidade técnica dos itens agrupados;
- b) ampliação do número de interessados na licitação;
- c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço; e
- d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores etc.).

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto tecnicamente adequado e economicamente vantajoso, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, conseqüentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

## 9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não será necessária nenhuma contratação correlata e/ou interdependente para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 10. Resultados pretendidos

Com a aquisição, a administração busca alcançar os seguintes resultados

1) Quanto à efetividade:

- a) Atender de forma eficaz às demandas organizacionais e funcionais das áreas de refeitório da rede estadual de ensino, por meio da disponibilização de mobiliário apropriado que contribua para a otimização do espaço destinado à refeição dos alunos;
- b) Garantir ambientes dos refeitórios mais eficientes e padronizados nas unidades escolares; e,
- c) Favorecer, ainda que de forma indireta, a qualificação do atendimento prestado aos estudantes, por meio da melhoria da infraestrutura das secretarias e ambientes escolares como um todo.

2) Quanto à economicidade:

- a) Usufruir de ganhos advindos da economia de escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro em face do quantitativo a ser registrado pela Administração;
- b) Usufruir de ganhos da eficiência logística, posto que a Administração não precisará providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais, sendo responsabilidade do licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, comprometer-se a fornecer os materiais pelo preço acordado e no momento em que for solicitado.

## 11. Providências a serem adotadas

A administração deverá, previamente à assinatura do contrato, adotar as seguintes providências:

- a) Indicar servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, os quais deverão acompanhar, de forma criteriosa, a execução do projeto;
- b) Planejar a logística de distribuição do mobiliário nas unidades escolares do Estado de Pernambuco, garantindo a entrega tempestiva dos itens, preferencialmente antes do início do ano letivo.

## 12. Possíveis impactos ambientais

Para prevenção de possíveis impactos ambientais a Contratada deverá:

- a) Respeitar todas as normas vigentes referentes as práticas de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.
- b) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas relacionadas aos mobiliários.
- c) A produção, quando possível, deverá acontecer com materiais reciclados, biodegradável, atóxico, dentre outros;
- d) Relativamente ao modo de produção, não poderá haver utilização de trabalho escravo ou infantil, e deverá ser fabricado com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
- e) Na distribuição, utilizar embalagens compactas, quando possível, de indústria e de produtor local;
- f) A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de resíduos industriais dos produtos utilizados, conforme previsto no art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021; e
- g) Obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.



### 13. Posicionamento conclusivo

Pelo exposto, DECLARO que é viável e razoável a contratação proposta pela unidade demandante, bem como se mostra adequada a contratação no formato proposto para o atendimento da necessidade pública a que se destina.

Recife, data da assinatura no SEI

**LOURIVAL PONTES**

Superintendente Financeiro da Rede Escolar

ANEXO D

QUADRO RESUMO

LOTE (GRUPO) 01 - COTA PRINCIPAL (G1)

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE AÇO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSÕES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	4.224	R\$ 30.080.244,48
2	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM AÇO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM AÇO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSÕES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	17	R\$ 114.708,69
3	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM AÇO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	241	R\$ 773.744,96
VALOR TOTAL DO GRUPO 01 – R\$ 30.968.698,13							

LOTE (GRUPO) 02 - COTA RESERVADA (G2)

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
4	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE ACO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLASTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLASTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	469	R\$ 3.339.875,63
5	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM ACO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	1	R\$ 6.747,57
6	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM ACO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	26	R\$ 83.474,56
VALOR TOTAL DO GRUPO 02 – R\$ 3.430.097,76							

LOTE (GRUPO) 03 - COTA PRINCIPAL (G3)

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
7	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE ACO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLASTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLASTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	4.225	R\$ 30.087.365,75
8	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM ACO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	17	R\$ 114.708,69
9	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM ACO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	241	R\$ 773.744,96
VALOR TOTAL DO GRUPO 03 – R\$ 30.975.819,40							

LOTE (GRUPO) 04 - COTA RESERVADA (G4)

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
10	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE ACO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLASTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLASTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	469	R\$ 3.339.875,63
11	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM ACO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	2	R\$ 13.495,14
12	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM ACO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	26	R\$ 83.474,56
VALOR TOTAL DO GRUPO 04 – R\$ 3.436.845,33							

LOTE (GRUPO) 05 - COTA PRINCIPAL (G5)

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
13	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE ACO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLASTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLASTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	4.225	R\$ 30.087.365,75
14	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM ACO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	17	R\$ 114.708,69
15	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM ACO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	241	R\$ 773.744,96
VALOR TOTAL DO GRUPO 05 – R\$ 30.975.819,40							

LOTE (GRUPO) 06 - COTA RESERVADA (G6)

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
16	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO,EM TUBOS DE ACO,COM PINTURA EPOXI,TAMPO EM ABS,FORMATO RETANGULAR,MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL),COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLASTICA VIRGEM,SEM REVESTIMENTO,MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA),DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%,SEM BRACO,COM ENCOSTO,EM RESINA PLASTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	469	R\$ 3.339.875,63
17	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO,EM ESTRUTURA EM TUBO EM ACO,COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO,TAMPO EM ABS,FORMATO RETANGULAR,MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL),COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM ACO , SEM RODIZIO,REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO,ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL),DIMENSOES COM VARIACOES DE 5%,SEM BRACOS,COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	2	R\$ 13.495,14
18	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL,ESTRUTURA FIXA EM ACO,FORMATO QUADRADO,TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO,REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO,FORMATO QUADRADO,MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	26	R\$ 83.474,56
VALOR TOTAL DO GRUPO 06— R\$ 3.436.845,33							

**LOTE (GRUPO) 07 - COTA PRINCIPAL (G7)**

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
------	----------------	---------	-----------	-------	-----------------------	------	-------------

19	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE ACO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLASTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSOES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLASTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	4.225	R\$ 30.087.365,75
20	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM ACO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM ACO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSOES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	17	R\$ 114.708,69
21	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM ACO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	241	R\$ 773.744,96
VALOR TOTAL DO GRUPO 07 – R\$ 30.975.819,40							

LOTE (GRUPO) 08 - COTA RESERVADA (G8)

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
------	----------------	---------	-----------	-------	-----------------------	------	-------------



22	617956-8	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO, EM TUBOS DE AÇO, COM PINTURA EPOXI, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 76,00X175,00X75,00CM (AXCXL), COM 6 CADEIRAS EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 43,40X48,30X46,00CM (PXLXA), DIMENSÕES COM VARIACAO EM ATÉ 5%, SEM BRACO, COM ENCOSTO, EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM	Unid.	R\$7.121,27	469	R\$ 3.339.875,63
23	617593-7	615522	CONJUNTO DE MESA E ASSENTO - TIPO REFEITORIO INFANTIL, NA COR AMARELO, EM ESTRUTURA EM TUBO EM AÇO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, TAMPO EM ABS, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 59,40 X 175,00 X 75,00 CM (AXCXL), COM 6 CADEIRA, BASE FIXA EM AÇO, SEM RODIZIO, REVESTIDO COM PINTURA EPOXI PO, ASSENTO MEDINDO 35,00X 31,00X 47,4CM (AXPXL), DIMENSÕES COM VARIACOES DE 5%, SEM BRACOS, COM ENCOSTO	Unid.	R\$6.747,57	2	R\$ 13.495,14
24	617594-5	625435	MESA - TIPO APOIO USO MULTIPLO NA COR AZUL, ESTRUTURA FIXA EM AÇO, FORMATO QUADRADO, TAMPO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO, REVESTIDO COM ACABAMENTO SUPERFICIAL EM PINTURA EPOXI PO, FORMATO QUADRADO, MEDINDO 76,00X72,00X72,00(AXCXL)	Unid.	R\$3.210,56	26	R\$ 83.474,56
VALOR TOTAL DO GRUPO 08 – R\$ 3.436.845,33							

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE  
COMPRAS GOV Nº 90200.2026

ANEXO II  
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE  
COMPRAS GOV Nº 90200.2026

ANEXO III  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, doravante denominada GERENCIADOR, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo \_\_\_\_\_, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº XXXXX, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a(s) empresa(s) XXX, doravante denominada(s) DETENTORA(S) DA ATA, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de CONJUNTO REFEITÓRIO – ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO – INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO), conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria de Educação, com os quantitativos estimados definidos no termo de referência (anexo I do edital).

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

### 3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE						XXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

### 5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 09/03/2026, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

## 6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DETENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a DETENTORA DA ATA formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

6.7. A ordem de preferência para contratação não será alterada em virtude da revisão dos valores, observada a ordem estabelecida em conformidade com os preços finais apresentados no certame.

## 7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais lotes em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

7.4. Se empresas distintas venceram lotes espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o GERENCIADOR deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

## 8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo e pedidos de adesão dos órgãos não participantes;

9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;



- 9.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 9.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

### 10.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 10.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 10.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Ata de Registro de Preços no prazo assinalado.
- 10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

## 11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA ATA.

## 12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.3. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo GERENCIADOR.

12.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

### 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a DETENTORA DA ATA que:

13.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

## 14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

## 15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR  
DETENTORA DA ATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE  
COMPRAS GOV Nº 90200.2026

ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90200.2026, PROCESSO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº \_\_\_\_\_, no uso da competência conferida pelo \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento de CONJUNTO REFEITÓRIO - ADULTO, CONJUNTO REFEITÓRIO - INFANTIL e MESA DE APOIO (USO MÚLTIPLO), conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90200.2026, PROCESSO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE e todos os seus anexos, em especial a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 180(cento e oitenta dias), contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da CONTRATADA, a opção pela extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da CONTRATADA se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do CONTRATO, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX

XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXXXX

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

## CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 09/03/2026.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

**PARÁGRAFO NONO:** Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item



3.3.3. do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3.1, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, nos prazos e quantitativos estimados no quadro abaixo, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento para cada uma das parcelas.

Parcela:	Composição da Parcela:	Prazo de Entrega:
1ª	25% das unidades	até 30 (trinta) dias corridos
2ª	50% das unidades	até 60 (sessenta) dias corridos
3ª	75% das unidades	até 90 (noventa) dias corridos
4ª	100% das unidades	até 120 (cento e vinte) dias corridos

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Ordem de Fornecimento poderá ser emitida em quantitativo inferior ao estimado, sendo o saldo verificado entre a quantidade estimada e aquela efetivamente solicitada incorporado nas Ordens de Fornecimento subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATANTE poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da CONTRATADA, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO SEXTO: Em caso de culpa da CONTRATADA, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do CONTRATO, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA deste CONTRATO;
- VI. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste CONTRATO;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações

relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do CONTRATO, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;

IX. Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XIV. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados

pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIX. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

**OBSERVAÇÃO: Indicar nome, cargo ou função e matrícula do fiscal do contrato.**

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela CONTRATANTE;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do CONTRATO todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a CONTRATADA para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como

eventuais irregularidades cometidas pela CONTRATADA que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;

g) Comunicar imediatamente ao gestor do CONTRATO as ocorrências que possam inviabilizar a execução do CONTRATO nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;

h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

i) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

**OBSERVAÇÃO: Indicar nome, cargo ou função e matrícula do gestor do contrato.**

a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do CONTRATO, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do CONTRATO de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;

b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do CONTRATO acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;

d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do CONTRATO;

e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do CONTRATO não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do CONTRATO deverá ser recebido pelo fiscal do CONTRATO, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Será considerada recusa formal se a CONTRATADA não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

**PARÁGRAFO NONO:** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;



- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à

CONTRATADA será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total ou anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO NONO:** Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO.

d) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Não será admitida a subcontratação do objeto do CONTRATO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O CONTRATO somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do CONTRATO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a não conclusão do CONTRATO no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No ato da assinatura do presente CONTRATO, será exigida a comprovação da implementação do Programa de Integridade, através da apresentação do Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade, nos termos do Decreto Estadual nº 50.365, de 04 de março de 2021, cujos modelos encontram-se disponíveis no sítio da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco (<https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-I-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf> e <https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-II-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf>), para avaliação das esferas competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA não possua Programa de Integridade implantado no momento da assinatura do contrato, será concedido o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 17, da Lei Estadual nº 16.722/2019, para as providências cabíveis ao atendimento da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Certificado de Regularidade do Programa de Integridade, emitido pelos órgãos avaliadores, terá validade por 2 (dois) anos, nos termos do art. 9º, da Lei nº 16.722/2012, devendo a CONTRATADA renová-lo sempre que expirada a sua validade.

PARÁGRAFO QUARTO: Durante a validade do Certificado de Regularidade, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar os Relatórios de Perfil e de Conformidade atualizados, quando solicitados pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado, com intuito de proceder à reavaliação do Programa de Integridade sempre que presentes indícios de atos de fraude e corrupção envolvendo a CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: A não comprovação da implementação do Programa de Integridade, nos moldes e prazos estabelecidos nesta CLÁUSULA, acarretará a aplicação das sanções administrativas específicas previstas na CLÁUSULA VIGÉSIMA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da CLÁUSULA NONA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos III e IV do CLÁUSULA NONA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.



**PARÁGRAFO QUARTO:** Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da CLÁUSULA NONA.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da CLÁUSULA NONA quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso V da CLÁUSULA NONA;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da CLÁUSULA NONA;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da CLÁUSULA NONA;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA NONA e não sanar a pendência no prazo estipulado;



VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da CLÁUSULA NONA;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XII da CLÁUSULA NONA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios

com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ESPECÍFICAS DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 16.722/2019

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A não apresentação do Programa de Integridade ensejará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) incidente sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso, contado a partir do 1º dia útil após decurso do prazo estabelecido no PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, limitada ao valor máximo de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não atingimento da pontuação mínima estabelecida no Decreto Estadual nº 50.365/2021 ensejará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia, incidente sobre o valor global atualizado do CONTRATO, contado a partir do 1º dia útil após a ciência, pelo representante legal da CONTRATADA, da decisão administrativa que declarar a desconformidade do Programa de Integridade, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação de multa nas hipóteses previstas nos PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO desta Cláusula afasta a aplicação, pelos mesmos fatos, da penalidade de multa prevista no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA DÉCIMA NONA.

PARÁGRAFO QUARTO: O não cumprimento da obrigação de implantar o Programa de Integridade, ou seu cumprimento parcial ou meramente formal, poderá implicar, cumulativamente, na impossibilidade de aditamento contratual, na extinção do contrato por parte da CONTRATANTE e na impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula depende de processo administrativo de apuração de responsabilidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou

direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

---

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

---

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

## ANEXO I

### TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

#### INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

#### 2. CIÊNCIA

EU, \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, ocupante do cargo \_\_\_\_\_, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do CONTRATO nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do CONTRATO nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao CONTRATO.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO V  
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0333.2026.AC-43.PE.0200.SAD.SEE  
COMPRAS GOV Nº 90200.2026

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: [COMPRAS.GOV.BR](https://compras.gov.br)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras)

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.





Documento assinado eletronicamente por **DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA**, Pregoeiro/Agente de Contratação **43** e matrícula **4593731**, em 01/06/2026, às 15:22.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **36423552-ba1e-421c-8bfb-826ed8ed123e**

---